

**GÊNERO, DIVERSIDADE, SEXUALIDADE E O PLANO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ**

Cassio Jody Kokubo¹

Thiago Henrique de Castro Silva²

Resumo: Num mundo de grandes contrastes, nem sempre é fácil lidar com a diferença. Ela pode aparecer em diversos setores da nossa sociedade, pois cada ser humano possui peculiaridades que o tornam único no processo de construção de suas relações com o mundo. O presente trabalho é uma contribuição para a disciplina de Educação, Epistemologia e Contemporaneidade, do programa de pós graduação em educação do Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú. Tem como objetivo analisar e discutir o tema “Gênero, Diversidade e Sexualidade” com ênfase no ambiente escolar, problematizando a supressão da palavra "diversidade" do Plano Municipal de Educação (PMEBC) vigente no município até 2024. A fundamentação teórica foi construída com o levantamento de informações dos principais documentos que regem a educação no Brasil, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Plano Nacional de Educação, procurando entender o papel da escola na construção do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade e da inclusão. Infelizmente as tradições sociais, e o poder de alguns grupos conservadores da sociedade ainda impedem que isso aconteça, como pode ser evidenciado na última discussão do PMEBC, onde vereadores, líderes religiosos e parte da comunidade conseguiram a retirada dos termos ‘gênero’, ‘diversidade étnica’, e ‘orientação sexual’, do texto do documento que ordena o sistema educacional do município nos próximos 10 anos. Barrando uma proposta que foi construída de maneira democrática e coletiva, entre professores, pais, alunos, especialistas e representantes da sociedade civil. A escola é o local mais indicado para problematizar, desconstruir e ressignificar o modo como gênero, diversidade e sexualidade é tratado na sociedade. Este trabalho pretende deixar de lado o senso comum e trabalhar diretamente com a ciência, oferecendo uma pluralidade de pensamentos para crescimento e convívio social dos educandos.

Palavras-chave: Diversidade. Valorização das Diferenças. Ambiente Escolar. Respeito.

¹ Bacharel e Licenciado em Educação Física. Estudante PPGE - IFC-Camboriú - Eixo Educação da Pequena Infância. Professor da Rede Municipal de Balneário Camboriú. Email: cassio.kokubo@yahoo.com.br

² Bacharel e Licenciado em Geografia. Estudante PPGE - IFC-Camboriú - Eixo Educação Sustentabilidade Social e Ambiental. Professor da Rede Municipal de Balneário Camboriú. Email: thiagoheenc@gmail.com

INTRODUÇÃO

Num mundo de grandes contrastes, nem sempre é fácil lidar com a diferença. Ela pode aparecer em diversos setores da nossa sociedade, pois cada ser humano possui peculiaridades que o tornam único no processo de construção de suas relações com o mundo. Viver em sociedade demanda uma postura em relação às diferenças, que não devem ser ignoradas, muito pelo contrário, como diz Abramowicz (2011): "Não basta reconhecer o direito às diferenças identitárias, com essa tolerância neoliberal tão em voga, mas caberia intensificar as diferenciações, incitá-las, criá-las, produzi-las".

No entanto, o nosso modelo escolar ocidental historicamente se baseia em concepções tradicionalistas que apresentam um sujeito hegemônico, a saber, o homem, heterossexual, branco de raiz européia, e cristão (LOURO 1997) que por sua vez seria reprodutor dos valores morais, religiosos e ideais dessa classe que se tornou dominante (Dussel, 1994) durante a "invasão" das Américas. É a partir de 1492, que se deram as condições históricas de origem do mito da modernidade, trazendo para a América Latina um padrão previamente estabelecido, causando uma mudança de crenças, culturas, valores, sexualidades, onde o descobrimento da América pelo homem, branco, hétero, magro, europeu, capitalista e cristão é na verdade um encobrimento do "outro", considerado como atrasado, periférico, incomum, anormal, inferior, fazendo com que o preconceito existisse a partir desses primeiros contatos, oprimindo o outro para exercer uma função de controle sobre o mesmo, construindo uma visão classificatória eurocentrada com discurso de ódio, discriminando as pessoas que vivem fora do padrão.

Convivemos com esse consenso normativo desde a nossa infância, isso é fato. Diante dessa constatação devemos ter minimamente a capacidade de discutir a discriminação que esse padrão proporciona.

O preconceito é entendido como uma construção social, o principal e mais eficaz reprodutor da exclusão e da discriminação. Segundo a Fundação para o Desenvolvimento da Educação de São Paulo (FDE) pode ser dividido em duas formas:

Velada – se manifesta por palavras irônicas, expressões fisionômicas, gestos, representação de trejeitos. Quase sempre são insinuações, sem que se possa comprovar a intenção maldosa. A única maneira de a escola enfrentar a discriminação velada é ficando atenta para as brincadeiras, insinuações e zombarias que acontecem no dia a dia da escola.

Aberta – é a rejeição explícita, a ofensa dirigida a alguém de forma declarada, para que todos vejam e ouçam. A discriminação aberta pode se

expressar com agressões verbais; na verdade, não é a palavra que ofende, é a intenção, percebida pelo contexto e pela entonação de quem fere. Os insultos, as humilhações podem ser percebidos como manifestações de violência e de agressão; agressões físicas – são, por exemplo, os tapas, empurrões, chutes e socos, que podem provocar lesões, pôr em perigo a saúde e a vida de outra pessoa. (FDE, 2009)

Dentro de diversas mesas da disciplina de Educação, Epistemologia e Contemporaneidade, essas diferenças citadas anteriormente foram discutidas. O presente trabalho visa analisar e discutir um tema desafiador: gênero, diversidade e sexualidade na educação, analisando a temática de um modo geral e problematizando a ausência deste tema no Plano Municipal de Educação de Balneário Camboriú (PMEBC), visto que "é indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz" (LOURO, 1997), motivando assim a necessidade de pesquisas relacionadas ao tema.

A apresentação e discussão do PMEBC na Câmara de Vereadores foi palco de demonstração de influência de setores religiosos, que se opuseram à presença de uma "ideologia de gênero" no documento (SILVA, 2015), mesmo que tal expressão não esteja presente no texto, e nem seja utilizada por pesquisadores da área de estudos de gênero (FURLANI, 2016). Tal demonstração de influência não é exclusividade do município de Balneário Camboriú, pois tem se apresentado também nas outras esferas de poder no país, configurando-se em uma luta pela manutenção do padrão hegemônico contemporâneo (BRITTO, 2016).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Um dos principais documentos que rege a educação no Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (1998), quase 2 décadas atrás já estabeleciam a "Orientação Sexual" como um Tema Transversal, visava tornar os alunos do final do ensino fundamental capazes de:

Respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão, garantida a dignidade do ser humano.
Identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando

comportamentos discriminatórios e intolerantes e analisando criticamente os estereótipos.

Reconhecer como construções culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas. (BRASIL, 1998)

Seguindo esse contexto o PNE - Plano Nacional de Educação, estabelece um nivelamento dos planos de educação dos estados e municípios, definindo que “a elaboração de um plano de educação não pode prescindir de incorporar os princípios do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade e da inclusão” (BRASIL, 2014)

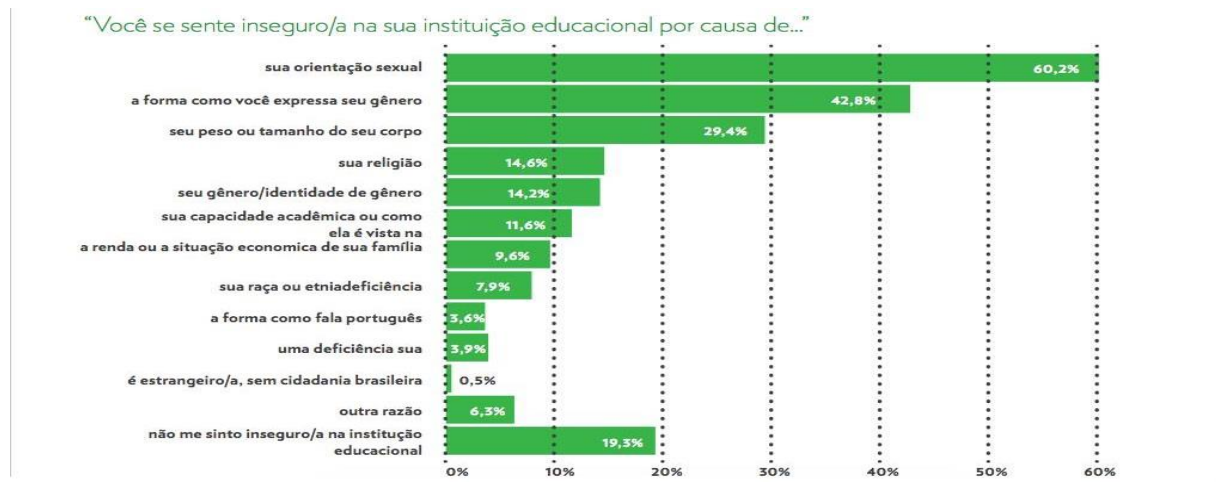
“A “valorização da diversidade” é um tema abrangente incluindo discussões a respeito de diferentes etnias, religiões, culturas e torna-se ainda mais desafiador à partir do momento em que se utiliza os termos gênero e sexualidade, como pode ser evidenciado em: As políticas sociais e educacionais do Brasil exaltam a nossa “diversidade criadora”, ao mesmo tempo em que há um silenciamento das diferenças no campo da educação e isto tem significado a construção da heteronormatividade como norma e normalidade e a estética branca como modelo do belo” (ABRAMOWICZ, 2011, p.93)

Partindo desse princípio e buscando entender o papel da escola na discussão pode-se destacar que:

A escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autculpabilização, auto-aversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado. (JUNQUEIRA, 2009)

Um estudo recente sobre população LGBT no ambiente escolar brasileiro, evidencia essa situação e retrata resultados preocupantes: 60% se sentiam inseguras/os na escola por causa de sua orientação sexual; 43% se sentiam inseguros/as por causa de sua identidade/expressão de gênero; 73% foram agredidos/as verbalmente por causa de sua orientação sexual; 68% foram agredidos/as verbalmente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero (ABGLT, 2016).

Figura 1: Gráfico sobre as inseguranças dos educandos dentro de sua instituição educacional



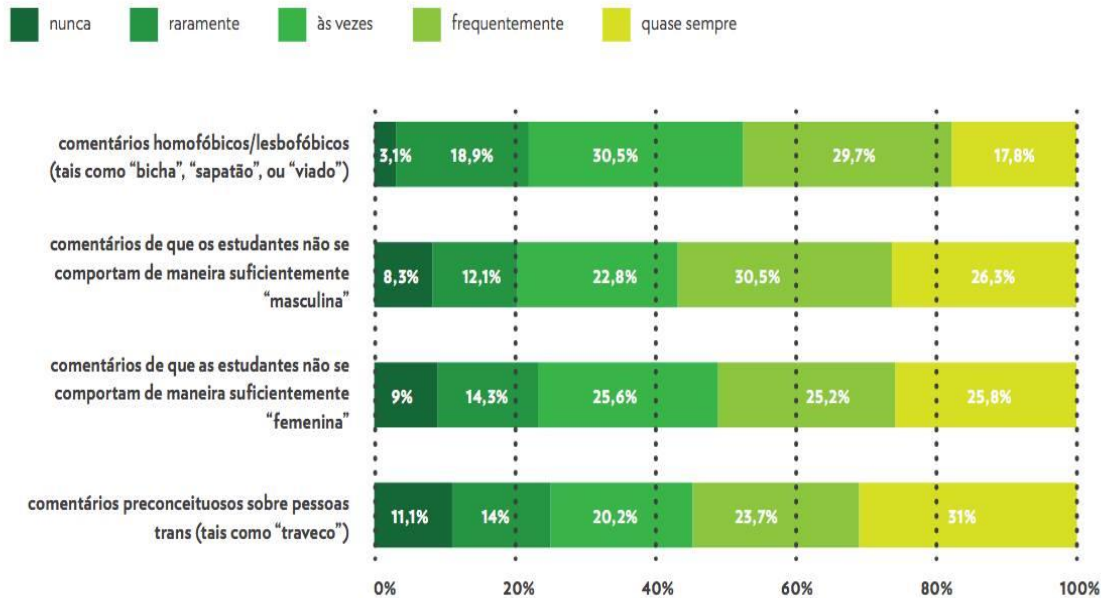
. Fonte: ABGLT, 2016.

Atualmente a escola se apresenta como um local neutro com relação as discussões de gênero e sexualidade, algo que não é discutido entre os profissionais e que dificilmente é trabalhado pelos livros escolares. Essa prática acaba por invisibilizar, silenciar e tornar o ambiente escolar cúmplice de um padrão hegemônico estabelecido previamente, portanto a escola também ensina seus educandos a estranhar essas diferenças, pois ao não discuti-las acaba tratando as pessoas que fogem desse padrão de maneira inferior, como não sujeitos, e em muitas vezes lutando contra o que sentem para se tornarem pertencentes ao todo. A prática educativa deve intervir para inibir a intolerância tanto verbal quanto física desde o seu início, evitando assim o constrangimento que seus indivíduos podem sentir.

Figura 2: Frequência com que os estudantes ouvem comentários contra LGBT na instituição educacional.



FREQUÊNCIA COM QUE OS/AS ESTUDANTES OUVEM COMENTÁRIOS
CONTRA LGBT NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL



Fonte: ABGLT, 2016.

Portanto seria de responsabilidade dos educadores buscar medidas para que esses dados não continuem a se reproduzir, mas por que a escola não debate esses assuntos? Deve-se compreender de que forma a temática é discutida dentro do ambiente escolar sendo necessário tomar um posicionamento crítico, com embasamento teórico, por parte das instituições e seus funcionários, para que se amplie os diversos segmentos possíveis para que a escola possa educar e respeitar as particularidades de cada um de seus indivíduos, contribuindo assim para uma sociedade mais justa.

Infelizmente as tradições sociais, e o poder de alguns grupos conservadores da sociedade ainda impedem que isso aconteça, como pode ser evidenciado na última discussão do PMEBC, onde vereadores, líderes religiosos e parte da comunidade conseguiram a retirada dos termos 'gênero', 'diversidade étnica', e 'orientação sexual', do texto do documento que ordena o sistema educacional do município nos próximos 10 anos, alegando que se pregaria uma "ideologia de gênero" nas escolas. Barrando uma proposta que foi construída democrática, e coletivamente, entre professores, pais, alunos, especialistas e representantes da sociedade civil (SILVA, 2015).

Figura 3: Manifestantes dividem o plenário na audiência pública para aprovação do Plano Municipal de Educação de Balneário Camboriú.



Fonte: Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú.

Não deve-se compactuar com a prática dos setores fundamentalistas religiosos, tanto evangélicos como católicos, através de suas bancadas na câmara de vereadores que imprimem um Estado teocrático, desrespeitando o caráter laico protegido pela constituição de nosso país.

A vereadora e doutora em Educação, Mariza Zanoni, única mulher da câmara de vereadores, presidente da comissão de Educação e autora do projeto, defendeu que a proposta de reconhecimento da diversidade étnica deveria ser mantida no plano Municipal, argumentando que:

“O Brasil é um país multiétnico e multicultural. Reconhecer isso é ressaltar, valorizar e trabalhar a autoestima dos vários grupos sociais que estão presentes nas escolas. A proposição não destrói ninguém, nem a família. Ao contrário, ela reconhece todas as diferenças presentes na unidade escolar” (ZANONI, 2015)

No entanto, foi comum ouvir em espaços para debate opiniões como a do Padre Pedro Carlos Daboit, “A escola deve tratar de outras questões e os educadores transmitir apenas conhecimento”. Ou depoimento do pastor Michael Aboud, “Ensinar é papel da escola. Educar é papel da família”

A discussão dos planos de educação diversos municípios, tem sido marcada pela interferência de grupos religiosos. Negando temas que deveriam ser apresentados na escola, para que ela possa cumprir seu papel na formação de cidadãos críticos. Os termos “Orientação Sexual” e “Identidade de Gênero” sofrem distorções por parte das pessoas que

querem confundir a opinião pública. Falar em gênero, sexualidade e diversidade vai além da orientação sexual de cada um, apresentando às crianças e adolescentes das redes pública e privada de educação as diferenças que nos cercam aceitando o diferente, sendo um passo além na construção de uma sociedade mais justa, mais humana.

Trabalhar diversidade em sala de aula não é fazer uma lavagem cerebral, não é pregar sobre homossexualidade e sim falar de respeito, assim como o plano nacional de educação se propõe a fazer: “Esses dispositivos constitucionais são fundamentais para a garantia da educação como direito social, por meio de seu financiamento público e pelo estabelecimento de condições objetivas de oferta de educação pública de qualidade que respeite a diversidade” (BRASIL, 2014, p. 61).

Considerando a escola como um dos locais mais importantes no convívio social das crianças e dos adolescentes, tendo a educação uma função que “não se reduz à transmissão formal de conhecimentos, sendo a escola um espaço público para a promoção da cidadania” (LIONÇO e DINIZ, 2009, p.09)

O que a escola e seus educadores podem fazer?

Segundo (MISKOLCI, 2010) o primeiro passo para superar as dificuldades mencionadas anteriormente seria quebrar o silêncio, promover com educandos discussões através de livros, jornais, revistas e filmes onde a temática apareça com destaque. Situações do cotidiano dos próprios indivíduos para que dessa maneira eles consigam se sentir pertencentes a discussão e realmente refletir sobre o assunto. Continuar trabalhando a sexualidade com os alunos porém mostrar que conteúdo não diz respeito somente a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, pois a sexualidade não é uma doença, abordando o assunto de maneira mais ampla, não restrito a abordagem de saúde pública.

Reconhecer a diversidade é fundamental, não deve-se desanimar por conta de visões fundamentalistas e conservadoras, pois acreditando na mudança de comportamento como um processo histórico, onde o educador assume um papel importante na construção de um ambiente de convivência e aprendizado sem preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, percebe-se o conflito que existe entre gênero, diversidade e sexualidade dentro do contexto da educação, sendo esta um instrumento fundamental para desconstruir a maneira

com que a temática é abordada atualmente na sociedade. É lamentável que ainda hoje o sistema público de ensino do município de Balneário Camboriú, e também das outras esferas do poder, ajude a perpetuar uma visão de mundo, e práticas estereotipadas e excludentes seguindo tradições sociais e princípios religiosos dos grupos conservadores da sociedade. Colocando assim à margem das preocupações de um currículo, uma discussão tão importante como essa.

Deve-se deixar de lado o senso comum, construído historicamente e trabalhar diretamente com a ciência, buscando uma alternativa ao modelo que estamos inseridos, respeitando a diversidade, reconhecendo o outro e valorizando as distintas possibilidades de expressão que oriundas de nossas vivências sociais. A escola não pode se tornar um lugar neutro em meio a essas discussões pois é nela que os educandos tem a possibilidade de questionar essas verdades que são tomadas como absolutas pela sociedade como Lionço e Diniz (2009) afirmam:

A escola é um espaço de construção de novas práticas sociais e saberes compartilhados. A vida escolar não se resume à socialização formal de crianças e adolescentes, pois é também uma experiência potencial de revisão crítica de práticas sociais injustas e discriminatórias. Temas como a discriminação por raça, sexo ou deficiência passaram a fazer parte da agenda de formação escolar na última década (...) No entanto, o mesmo movimento crítico de revisão ética de nossos padrões de desigualdade e opressão no campo das relações raciais e de gênero não se estendeu ao tema da diversidade sexual.

É previsto no segundo artigo sobre as diretrizes do Plano Municipal de Educação (BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 2015) dois itens muito pertinentes para a conclusão deste trabalho. O item 5 “formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade” e item 10 “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental”. Como podemos trabalhar a cidadania e o respeito aos direitos humanos, sendo que um tema fundamental como a diversidade permanece invisível dentro do plano municipal e dos currículos das escolas? Até quando iremos aceitar um ambiente hostil com discriminação e violência que ocasionam na evasão escolar de boa parte da comunidade LGBT?

A escola é o local mais indicado para problematizar, desconstruir e ressignificar o modo como gênero, diversidade e sexualidade é tratado na sociedade e como destaca Junqueira (2009), ela deve-se apresentar como um “espaço de abertura para novos valores, oferecendo a

crianças e a jovens uma pluralidade de pensamentos, além de informações importantes para o seu crescimento e o convívio social.”

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. **A diferença e a diversidade na educação**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, 2011, n. 2. p. 85-97.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Secretaria de Educação. **Plano Municipal de Educação: 20 passos em direção ao futuro da educação no município**. Balneário Camboriú, SME, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, MEC/SEF, 2014.

BRITTO, Patrícia. REIS, Lucas. **Por pressão, planos de educação de 8 Estados excluem 'ideologia de gênero'**. Folha de São Paulo. São Paulo, 25 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>> Acesso em: 22 nov. 2016.

DUSSEL, Enrique. **1492 El encubrimiento del Outro**: Hacia el origen del “mito de la Modernidad. La Paz: Plural editores: Facultad de Humanidades y Ciencias de la educación – UMSA. 1994

FDE. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. **Preconceito e Discriminação no contexto escolar**: Guia com sugestões de atividades preventivas para a HTPC e sala de aula. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://arquivo.fde.sp.gov.br/fde.portal/PermanentFile/File/MANUAL%20-%20PREVENÇÃO%20TAMBÉM%20SE%20ENSINA%20-%20PRECONCEITO%20E%20DISCRIMINAÇÃO%20NO%20CONTEXTO%20ESCOLAR.pdf>> Acesso em: 18. Ago. 2017.

FURLANI, Jimena. **Existe “ideologia de gênero”?** Apublica. Florianópolis, 30 ago. 2016. Entrevista concedida a Andrea Dip. Disponível em: <<http://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>> Acesso em: 22 nov. 2016.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação

Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. Disponível em: <> Acesso em: 26 nov. 2016.

LIONÇO, Tatiana. DINIZ, Débora. Qual a diversidade sexual dos livros didáticos. In: **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: LetrasLivres: EdUnB, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

MISKOLCI, Richard. **Um Corpo Estranho na Sala de Aula**. In: ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Org.). **Afirmando Diferenças: Montando o Quebra-Cabeça da Diversidade da Escola**. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2010

SILVA, Ariel. **Famílias de Balneário Camboriú rejeitam Plano Municipal de Educação**. Click Camboriú. Balneário Camboriú, 22 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.clickcamboriu.com.br/geral/2015/08/familias-de-balneario-camboriu-rejeitam-plano-municipal-de-educacao-128472.html>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

ZANONI, Marisa. **Polêmica no Plano de Educação de Balneário**. Diarinho. Balneário Camboriú, 1 set. 2015. Disponível em: <<http://www.diarinho.com.br/materias.cfm?caderno=25&materia=104597>> Acesso em: 28 nov. 2016.